ÍNDICE

Prefácio 13

Abreviaturas 17

1. Considerações Preliminares 21

2. Pessoa Jurídica: Sujeito Passivo do Imposto de Renda 29
2.1. A História do Imposto de Renda 29
2.2. O Sistema da Separação: Justificação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas 33
2.2.1. O Princípio da Unicidade do Ordenamento Jurídico 39
2.2.1.1. Linhas Gerais 39
2.2.1.2. A Pessoa Jurídica como Ente Autônomo 40
2.2.2. A Existência de uma Capacidade Contributiva Própria da Pessoa Jurídica 43
2.2.3. A Teoria da Limitação do Poder das Pessoas Jurídicas ... 45
2.2.4. A Teoria ou Princípio do Benefício 47
2.2.5. A Teoria Fiscalista 49
2.2.6. A Teoria Político-Social 50
2.3. O Sistema da Integração em Contraposição ao da Separação 51
2.3.1. Linhas Gerais 51
2.3.2. A Sociedade de Pessoas e o Princípio da Transparência – o Exemplo da Alemanha 53
2.4. Considerações Parciais 55

3. A Igualdade na Tributação e o Princípio da Capacidade Contributiva em Relação às Pessoas Jurídicas 57

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.1. O Princípio da Capacidade Contributiva: seu Conceito e Aplicação para as Pessoas Jurídicas 57
3.2. A Tributação Progressiva das Pessoas Jurídicas e o Princípio da Capacidade Contributiva 62

4. A Bitributação Econômica 67
4.1. Linhas Gerais 67
4.2. Os Sistemas de Tributação do Lucro das Pessoas Jurídicas e os Métodos para Evitar uma Bitributação Econômica 69
4.2.1. O Sistema de Integração Total 71
4.2.2. O Sistema Clássico de Separação 72
4.2.3. O Sistema de Integração do Lucro Distribuído 76
4.2.3.1. Os Métodos utilizados no Âmbito dos Sócios 76
4.2.3.1.1. Os Métodos de Diminuição da Alíquota ou Base de Cálculo IRPF 76
4.2.3.1.1.1. O Método de Tributação Definitiva na Fonte 77
4.2.3.1.1.2. Os Métodos de Divisão ao Meio 80
4.2.3.1.1.2.1. O Método de Divisão ao Meio da Alíquota 80
4.2.3.1.1.2.2. O Método de Divisão ao Meio dos Rendimentos 80
4.2.3.1.2. O Método do Crédito (Imputação) 82
4.2.3.1.3. O Método de Isenção Total 84
4.2.3.2. Os Métodos utilizados no Âmbito das Pessoas Jurídicas 85
4.2.3.2.1. O Método de Diminuição da Alíquota do IRPJ 86
4.2.3.2.2. O Método da Dedução dos Dividendos 86

5. O Sistema Brasileiro de Tributação do Lucro das Pessoas Jurídicas e os Métodos para Eliminar uma Bitributação Econômica 89
5.1. A Tributação sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas no Brasil 89
5.1.1. Evolução Histórica 89
5.1.2. Aspectos Gerais do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas no Brasil 92
5.1.3. A Constituição Federal de 1988 e o Imposto de Renda 95
5.1.4. O Sujeito Passivo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ 97
5.1.4.1. Linhas Gerais 97

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.1.4.2. O Critério Pessoal da Obrigação Tributária 100
5.1.4.2.1. O Princípio ou Critério da Universalidade (Renda Mundial) 101
5.1.4.2.2. O Princípio ou Critério da Territorialidade 103
5.2. Os Métodos Brasileiros para Eliminar a Bitributação Econômica 105
5.2.1. Isenção de Dividendos 105
5.2.2. Juros sobre o Capital Próprio: a Eliminação da Bitributação Econômica do Lucro Empresarial e da Subcapitalização..... 109
5.2.2.1. Histórico e Justificativa 109
5.2.2.2. Conceito. Imprecisão e imperfeição do termo 112
5.2.2.3. Os Juros sobre o Capital Próprio e as Convenções assinadas pelo Brasil para Evitar a Dupla Tributação Internacional 118
5.2.2.4. O Pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio 120
5.2.2.5. Os Juros sobre Capital Próprio como Método para Eliminar a Bitributação Econômica dos Lucros Empresariais 123
5.2.2.6. As Regras contra a Subcapitalização e os Juros sobre o Capital Próprio 125
5.2.2.6.1. As Regras Negativas contra a Subcapitalização e sua Diferença quanto às Regras Positivas, como os Juros sobre o Capital Próprio 125
5.2.2.6.2. As Principais Características das Novas Regras Negativas contra a Subcapitalização 126
5.2.2.6.3. A Importância dos JCPs como Regras Positivas contra a Subcapitalização 130
5.2.3. Considerações sobre as Tentativas de Abolir os Métodos de Eliminar a Bitributação Econômica e a Eventual Ofensa a Princípios Constitucionais..... 131
5.2.3.1. As Tentativas de Abolir os Métodos de Eliminar a Bitributação Econômica..... 131
5.2.3.2. Eventual Ofensa a Princípios Constitucionais – A Justificativa do Princípio da Proporcionalidade..... 135

6. Considerações Finais 141

Bibliografia..... 145

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br